REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

INCLUSÃO ESCOLAR: PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, FORMAÇÃO CONTINUADA E DESAFIOS INSTITUCIONAIS SCHOOL

SCHOOL INCLUSION: SPECIALIZED PROFESSIONALS, CONTINUING EDUCATION, AND INSTITUTIONAL CHALLENGES

Ciências Humanas • 27/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795658216

Jussara Cassiano Nascimento[1]

Lia Faria[2]

Maria João Mogarro[3]

RESUMO

A educação inclusiva constitui um direito fundamental e um compromisso das instituições escolares com a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes. Entretanto, a efetivação desse direito exige condições que ultrapassam o acesso e a permanência na escola, envolvendo a disponibilização de profissionais de apoio, a formação continuada e a organização institucional. Este artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios relacionados à contratação e à formação de profissionais que atuam no acompanhamento de estudantes com deficiência, tomando como referência a experiência institucional do Colégio Brigadeiro Newton Braga, escola pública federal localizada no município do Rio de Janeiro. A discussão articula contribuições teóricas sobre educação inclusiva, legislação educacional brasileira e reflexões oriundas da experiência da equipe gestora. São abordados os entraves administrativos decorrentes da dependência de instâncias superiores para a realização de contratações, as necessidades de orientação e formação dos profissionais e as dificuldades de articulação entre o acompanhamento dos estudantes e os espaços de planejamento pedagógico. Destaca-se, ainda, a importância da escuta dos profissionais de apoio e da construção de práticas colaborativas entre gestão, professores e demais integrantes da equipe escolar. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva requer ações articuladas entre políticas públicas, gestão institucional, formação continuada e planejamento pedagógico, de modo que os estudantes com deficiência tenham oportunidades concretas de participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Profissionais de apoio escolar; Formação continuada; Gestão escolar; Inclusão educacional.

ABSTRACT

Inclusive education is a fundamental right and a commitment of educational institutions to the participation, learning, and development of all students. However, the realization of this right requires conditions that go beyond school access and attendance, including the availability of support professionals, continuing professional development, and institutional organization. This article aims to reflect on the challenges related to the recruitment and training of professionals who support students with disabilities, drawing on the institutional experience of Colégio Brigadeiro Newton Braga, a federal public school located in Rio de Janeiro, Brazil. The discussion brings together theoretical contributions on inclusive education, Brazilian educational legislation, and reflections arising from the school management team's experience. It addresses administrative barriers resulting from dependence on higher administrative authorities for recruitment, the need for professional guidance and training, and the challenges of coordinating student support with pedagogical planning. The importance of listening to support professionals and developing collaborative practices among school management, teachers, and other members of the school community is also emphasized. The article concludes that inclusive education requires coordinated action involving public policies, institutional management, continuing professional development, and pedagogical planning to ensure meaningful opportunities for participation, learning, and development for students with disabilities.

Keywords: Inclusive education; School support professionals; Continuing professional development; School management; Educational inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um compromisso ético, político e pedagógico com a garantia do direito à educação de todos os estudantes, respeitando suas singularidades e reconhecendo a diversidade como uma característica constitutiva do ambiente escolar. No Brasil, esse compromisso encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015.

Apesar dos avanços legais e das discussões desenvolvidas no campo educacional, a efetivação da inclusão ainda apresenta desafios relacionados à organização das instituições, à disponibilidade de recursos humanos, à formação dos profissionais e à construção de práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade dos estudantes. A matrícula e a frequência escolar são condições indispensáveis, mas não asseguram, isoladamente, a participação efetiva e a aprendizagem. Para que a inclusão se concretize, é necessário que as instituições desenvolvam estratégias e disponibilizem os apoios necessários à eliminação das barreiras que dificultam o processo educativo.

Nesse contexto, a presença de profissionais de apoio escolar e de profissionais com formação especializada assume relevância na organização do atendimento aos estudantes com deficiência. Entretanto, a disponibilização desses trabalhadores não depende exclusivamente da identificação das necessidades pedagógicas. Em determinadas instituições públicas, os processos de contratação envolvem procedimentos administrativos e decisões de instâncias superiores, circunstâncias que podem limitar a autonomia da gestão escolar para responder às demandas identificadas no cotidiano.

Essa realidade suscita questionamentos sobre a relação entre as responsabilidades atribuídas às escolas e as condições concretas oferecidas para o cumprimento dessas responsabilidades. Embora a gestão escolar tenha papel importante na identificação das necessidades dos estudantes, na articulação das equipes e na busca por soluções, nem sempre dispõe de autonomia para viabilizar diretamente os recursos humanos necessários.

No Colégio Brigadeiro Newton Braga, instituição pública federal localizada no município do Rio de Janeiro, essa discussão se relaciona aos esforços da gestão para assegurar condições de atendimento aos estudantes com deficiência. A experiência institucional evidencia desafios relacionados à dependência de instâncias administrativas superiores para a contratação de profissionais, à necessidade de acompanhamento e formação continuada dos trabalhadores e à organização de espaços de diálogo entre os profissionais de apoio e os professores.

Observa-se, ainda, que os profissionais de apoio, mesmo quando apresentam alguma formação, necessitam de orientação e acompanhamento para lidar com as situações que surgem no cotidiano escolar. Essa necessidade não deve ser compreendida exclusivamente como uma lacuna individual, mas como uma questão relacionada à complexidade do trabalho educativo e à importância de processos permanentes de desenvolvimento profissional.

Outro aspecto relevante diz respeito à organização dos tempos escolares. As reuniões pedagógicas realizadas por áreas de conhecimento coincidem, em geral, com horários em que os profissionais de apoio estão acompanhando os estudantes em

outras disciplinas. Embora existam conversas individuais entre esses profissionais, os professores e a gestão, a ausência de participação nas reuniões coletivas constitui um desafio para a ampliação do planejamento colaborativo.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios institucionais relacionados à contratação, à formação continuada e à articulação pedagógica dos profissionais que atuam no acompanhamento de estudantes com deficiência no Colégio Brigadeiro Newton Braga. Busca-se discutir como os procedimentos administrativos, as necessidades formativas e as condições de organização do trabalho escolar podem interferir na efetivação da educação inclusiva.

A relevância desta reflexão está na possibilidade de articular fundamentos teóricos e legais às questões identificadas na experiência institucional, valorizando o empenho da gestão escolar sem desconsiderar os limites administrativos e organizacionais que atravessam seu trabalho. Pretende-se, assim, contribuir para a compreensão de que a inclusão não se efetiva apenas pela presença do estudante e do profissional de apoio no espaço escolar, mas exige condições institucionais que favoreçam a participação, a autonomia e a aprendizagem.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PARA ALÉM DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA

A compreensão da educação inclusiva pressupõe reconhecer que o direito à educação não se restringe à possibilidade de ingressar em uma instituição de ensino. É necessário assegurar condições para que todos os estudantes participem das atividades escolares,

tenham acesso ao conhecimento e encontrem oportunidades de desenvolvimento.

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece, em seus artigos 27 e 28, garantias relacionadas ao sistema educacional inclusivo, à acessibilidade, à participação e à aprendizagem. A legislação atribui ao poder público responsabilidades quanto à organização de condições que permitam o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência em igualdade de oportunidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também estabelece, nos artigos 58 e 59, disposições relativas à educação especial, aos serviços de apoio especializado, aos recursos educacionais e à formação dos profissionais. Esses dispositivos evidenciam que o atendimento aos estudantes com deficiência exige respostas institucionais que considerem suas necessidades e assegurem condições adequadas ao processo educativo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, contribuiu para fortalecer a compreensão da inclusão como um processo que envolve a transformação dos sistemas educacionais e a superação de barreiras à participação e à aprendizagem. O documento enfatiza a necessidade de reorganização das práticas e das estruturas escolares para garantir o acesso ao conhecimento e a participação dos estudantes (BRASIL, 2008).

Mantoan (2003) contribui para essa discussão ao defender que a inclusão exige mudanças na organização da escola e nas concepções que orientam o ensino. Nessa perspectiva, não basta

inserir o estudante em uma estrutura que permanece inalterada; é necessário repensar práticas, relações e estratégias pedagógicas para acolher a diversidade.

Essa compreensão desloca o foco das dificuldades atribuídas exclusivamente ao estudante para as barreiras presentes no ambiente, nas práticas pedagógicas e na organização institucional. A pergunta deixa de ser apenas o que o estudante consegue fazer e passa a incluir o que a escola precisa transformar para favorecer sua participação e aprendizagem.

A inclusão, portanto, não deve ser compreendida como uma ação isolada ou como responsabilidade exclusiva de um profissional. Ela exige articulação entre políticas públicas, gestão, professores, profissionais de apoio, atendimento educacional especializado, famílias e demais integrantes da comunidade escolar.

É importante, nesse sentido, distinguir a função do profissional de apoio escolar daquela desempenhada pelo professor especializado em educação especial. Embora possam atuar de maneira articulada, suas atribuições não são equivalentes. O profissional de apoio contribui para as atividades em que seu suporte é necessário, observadas as atribuições legais e institucionais da função, enquanto o professor especializado possui responsabilidades pedagógicas específicas relacionadas à educação especial e ao atendimento educacional especializado.

Essa distinção é fundamental para evitar que o profissional de apoio seja considerado responsável exclusivo pela aprendizagem do estudante com deficiência. A responsabilidade pelo ensino permanece vinculada ao trabalho pedagógico da escola, e o apoio

deve contribuir para a participação do estudante nas experiências educativas, favorecendo, sempre que possível, sua autonomia.

A educação inclusiva exige, portanto, uma concepção de escola que reconheça as diferenças e organize suas práticas para garantir oportunidades efetivas de aprendizagem. Esse compromisso depende tanto da atuação dos profissionais quanto das condições institucionais necessárias para que o trabalho educativo aconteça.

OS DESAFIOS ADMINISTRATIVOS NA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO

A disponibilização de profissionais de apoio escolar constitui uma das questões que atravessam a organização do atendimento aos estudantes com deficiência. Embora a gestão escolar possa identificar necessidades e buscar soluções, os procedimentos administrativos para contratação nem sempre estão sob sua responsabilidade direta.

No contexto do Colégio Brigadeiro Newton Braga, a dependência de instâncias administrativas superiores representa um dos desafios identificados pela equipe gestora. Essa condição evidencia a distância que pode existir entre o reconhecimento de uma necessidade no cotidiano escolar e a possibilidade de tomar decisões para atendê-la.

A gestão pode compreender as demandas dos estudantes, dialogar com professores e famílias e buscar profissionais que contribuam para o atendimento. Entretanto, quando a contratação depende de autorizações, procedimentos ou decisões de outros níveis administrativos, a resposta institucional pode se tornar mais complexa.

É importante reconhecer que os procedimentos administrativos na administração pública possuem finalidades legítimas, como assegurar legalidade, transparência, impessoalidade e controle dos recursos públicos. A questão não consiste em desconsiderar essas exigências, mas em refletir sobre como os processos podem ser organizados para responder às necessidades educacionais de maneira adequada e oportuna.

Quando os fluxos administrativos não se articulam satisfatoriamente às demandas identificadas pela escola, existe o risco de que a disponibilização de profissionais não acompanhe o tempo pedagógico. As necessidades dos estudantes se apresentam cotidianamente, enquanto os procedimentos de contratação podem depender de etapas e decisões que ultrapassam a capacidade de atuação direta da gestão.

Essa situação evidencia que a efetivação da inclusão não depende apenas do compromisso dos profissionais que atuam na escola. Também requer articulação entre a instituição e as instâncias responsáveis pela autorização, organização e viabilização dos recursos humanos.

A Lei Brasileira de Inclusão e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional oferecem parâmetros para compreender a responsabilidade do poder público na organização de condições adequadas à educação dos estudantes com deficiência. Tais garantias precisam ser acompanhadas de planejamento administrativo, definição de responsabilidades e mecanismos de articulação que permitam às instituições responder às necessidades identificadas.

Nesse sentido, a experiência analisada aponta para a importância de fluxos administrativos mais articulados, comunicação efetiva entre os níveis institucionais e planejamento que considere as demandas de atendimento. A gestão escolar não deve ser responsabilizada isoladamente por dificuldades cuja solução depende de decisões externas à sua autonomia.

A análise também exige reconhecer que a contratação, por si só, não garante a qualidade do atendimento. A chegada do profissional precisa estar acompanhada de orientações sobre suas atribuições, compreensão das necessidades dos estudantes e articulação com a proposta pedagógica da escola.

Portanto, a contratação deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo, que envolve planejamento, seleção adequada, acolhimento, formação e acompanhamento. O desafio institucional consiste em assegurar que as exigências administrativas sejam compatíveis com a garantia do direito à educação e com a necessidade de organizar respostas efetivas às demandas dos estudantes.

FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A formação dos profissionais que atuam no acompanhamento de estudantes com deficiência constitui outra dimensão fundamental da educação inclusiva. O cotidiano escolar apresenta situações diversas, que exigem conhecimentos, capacidade de observação, compreensão das necessidades individuais e articulação com os objetivos pedagógicos.

A formação inicial representa uma base importante para a atuação profissional, mas nem sempre oferece respostas suficientes para

todas as situações que surgem no ambiente escolar. A diversidade dos estudantes e a complexidade das relações educativas exigem processos permanentes de aprendizagem e reflexão sobre a prática.

Pletsch (2009), ao discutir a formação para a educação inclusiva, destaca a importância de considerar a legislação, as diretrizes políticas e os resultados das pesquisas sobre a preparação dos profissionais. Sua análise contribui para compreender que a formação constitui uma dimensão essencial da implementação das políticas inclusivas e precisa ser articulada às condições concretas do trabalho educacional.

Glat e Pletsch (2010) também ressaltam a importância da formação de recursos humanos e da produção de conhecimento para o desenvolvimento de práticas inclusivas. A articulação entre instituições de ensino, pesquisadores e profissionais da educação pode contribuir para aproximar a reflexão acadêmica dos desafios vivenciados nas escolas.

No Colégio Brigadeiro Newton Braga, a experiência da equipe gestora indica que os profissionais de apoio necessitam de acompanhamento e orientação mesmo quando possuem alguma formação. Essa constatação reforça a importância de compreender o desenvolvimento profissional como um processo contínuo, e não como uma etapa encerrada no momento da contratação.

O trabalho com estudantes com deficiência exige atenção às singularidades, às formas de comunicação, às possibilidades de participação e às barreiras que podem interferir na aprendizagem. Também requer compreensão das atribuições profissionais e

capacidade de atuar em articulação com professores e equipe pedagógica.

A formação continuada pode oferecer oportunidades para discutir situações concretas, compartilhar experiências, aprofundar conhecimentos e construir estratégias adequadas às necessidades identificadas. Para isso, precisa estar vinculada à realidade escolar, evitando limitar-se à transmissão de informações genéricas ou a encontros pontuais sem continuidade.

Imbernón (2010) contribui para a compreensão da formação continuada como processo relacionado ao contexto de trabalho e à reflexão sobre a prática profissional. Nessa perspectiva, as experiências cotidianas podem constituir pontos de partida para a aprendizagem coletiva, desde que existam espaços institucionais para analisá-las criticamente e construir alternativas.

A formação também deve considerar a escuta dos próprios profissionais. Aqueles que acompanham os estudantes no cotidiano podem identificar dificuldades, barreiras e estratégias que nem sempre aparecem nos momentos formais de planejamento. Reconhecer suas experiências e necessidades permite organizar ações formativas mais próximas dos desafios reais.

Essa escuta não significa transferir aos profissionais de apoio a responsabilidade exclusiva por encontrar soluções. Ao contrário, representa uma oportunidade de construir respostas coletivas, nas quais a gestão, os professores e os demais profissionais compartilhem conhecimentos e responsabilidades, respeitando as atribuições de cada função.

Desse modo, a formação continuada deve ser compreendida como responsabilidade institucional. Sua efetivação requer planejamento, disponibilidade de tempo, acesso a conhecimentos especializados e oportunidades regulares de diálogo. Quando articulada às necessidades dos estudantes e às condições de trabalho, pode contribuir para qualificar o acompanhamento e ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem.

GESTÃO ESCOLAR, DIÁLOGO E COLABORAÇÃO PEDAGÓGICA

A gestão escolar ocupa uma posição importante na articulação das condições necessárias à educação inclusiva. Entre suas responsabilidades estão a identificação de demandas, a organização dos recursos disponíveis, o diálogo com as equipes e a busca por soluções que favoreçam a participação dos estudantes.

Entretanto, o trabalho da gestão é atravessado por limites administrativos e organizacionais. A dependência de instâncias superiores para a contratação de profissionais demonstra que nem todas as decisões podem ser tomadas diretamente pela escola. Ao mesmo tempo, a necessidade de formação continuada e de maior integração entre os profissionais exige planejamento e organização dos tempos escolares.

No contexto analisado, já existem momentos de orientação e acompanhamento dos profissionais de apoio pela equipe gestora e pedagógica. Contudo, a experiência institucional indica que essas iniciativas ainda podem ser ampliadas, especialmente no que se refere à escuta das necessidades dos trabalhadores e à construção conjunta de estratégias para favorecer a aprendizagem dos estudantes.

A comunicação entre profissionais de apoio, professores e gestão acontece, em determinadas situações, por meio de conversas individuais. Esses contatos permitem compartilhar observações sobre dificuldades encontradas pelos estudantes e discutir aspectos que demandam atenção. Constituem, portanto, um recurso relevante para a circulação de informações no cotidiano escolar.

Entretanto, as conversas individuais não substituem necessariamente as oportunidades de planejamento coletivo. Quando as informações são compartilhadas apenas de maneira pontual, pode ser mais difícil garantir que as observações sejam incorporadas de forma sistemática ao planejamento pedagógico e à avaliação das estratégias utilizadas.

A participação dos profissionais de apoio nos espaços de diálogo pode contribuir para aproximar as observações realizadas durante o acompanhamento dos estudantes dos objetivos de ensino definidos pelos professores. Essa articulação favorece uma compreensão mais ampla das necessidades dos estudantes e pode auxiliar na identificação de barreiras à participação e à aprendizagem.

No Colégio Brigadeiro Newton Braga, as reuniões pedagógicas ocorrem por áreas de conhecimento. Nos horários em que esses encontros são realizados, os profissionais de apoio geralmente estão acompanhando os estudantes em outros componentes curriculares. Essa organização dos tempos escolares dificulta sua participação nas reuniões, mesmo quando existe reconhecimento da importância do diálogo entre os profissionais.

A situação evidencia que a colaboração não depende exclusivamente da disposição individual. É necessário que a

organização institucional ofereça condições para que os diferentes profissionais possam compartilhar informações e construir estratégias conjuntas, sem comprometer o acompanhamento dos estudantes.

A questão não consiste em desconsiderar a necessidade de continuidade do apoio durante as aulas, mas em refletir sobre alternativas que permitam compatibilizar o atendimento aos estudantes com momentos de diálogo e planejamento. A organização de encontros específicos, a previsão de horários de interlocução e a definição de canais regulares de comunicação são possibilidades que podem ser analisadas pela instituição, de acordo com suas condições e normas.

Também é importante assegurar que a colaboração respeite as atribuições de cada profissional. O profissional de apoio não substitui o professor, nem deve assumir isoladamente o planejamento do ensino. Sua participação pode contribuir com observações sobre o cotidiano do estudante, enquanto as decisões pedagógicas devem permanecer articuladas ao trabalho docente e à organização institucional.

O fortalecimento desses espaços de diálogo pode contribuir para que a inclusão seja compreendida como responsabilidade compartilhada. A gestão, os professores e os profissionais de apoio possuem funções distintas, mas complementares, e a articulação entre eles pode favorecer a construção de respostas mais coerentes às necessidades dos estudantes.

Nesse sentido, a gestão inclusiva não se limita a providenciar recursos humanos. Ela também envolve criar condições para que os

profissionais compreendam seus papéis, compartilhem conhecimentos e participem de processos permanentes de aprimoramento das práticas escolares.

A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO BRIGADEIRO NEWTON BRAGA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A experiência institucional do Colégio Brigadeiro Newton Braga permite refletir sobre a complexidade de transformar o compromisso com a inclusão em condições concretas de atendimento aos estudantes com deficiência. As questões identificadas pela equipe gestora demonstram que os desafios não se concentram em uma única dimensão, mas envolvem aspectos administrativos, formativos e organizacionais.

No campo administrativo, a dependência de instâncias superiores para viabilizar contratações pode limitar a capacidade de resposta da gestão às necessidades identificadas. Essa condição evidencia a importância de articulação entre os diferentes níveis administrativos e de procedimentos que considerem as demandas educacionais da instituição.

No campo formativo, a necessidade de orientação e acompanhamento mesmo entre profissionais que possuem alguma formação reforça a importância de ações continuadas de desenvolvimento profissional. O conhecimento adquirido anteriormente precisa ser relacionado às situações concretas que surgem no ambiente escolar, e a instituição pode contribuir oferecendo oportunidades de diálogo, estudo e reflexão sobre a prática.

No campo organizacional, a dificuldade de participação dos profissionais de apoio nas reuniões pedagógicas revela a necessidade de examinar como os tempos escolares são distribuídos. A organização das reuniões por áreas de conhecimento atende a uma dinâmica de trabalho docente, mas coincide com os horários em que os profissionais de apoio acompanham os estudantes em outras disciplinas.

Essa situação não elimina a existência de comunicação entre os envolvidos. As conversas individuais com professores e gestão permitem compartilhar observações e discutir dificuldades. Contudo, a ampliação de oportunidades de interlocução pode favorecer maior continuidade e integração entre as informações compartilhadas e o planejamento pedagógico.

Uma possibilidade consiste em organizar momentos periódicos de escuta dos profissionais de apoio, com o objetivo de identificar suas dúvidas, necessidades formativas e observações sobre as barreiras enfrentadas pelos estudantes. Esses encontros poderiam contribuir para definir temas prioritários de formação continuada e orientar ações de acompanhamento profissional.

Outra possibilidade é fortalecer os canais de comunicação entre os profissionais de apoio, os professores e a equipe pedagógica. A definição de procedimentos para compartilhar observações relevantes, respeitando a privacidade dos estudantes e as normas institucionais, pode contribuir para que as informações do cotidiano sejam consideradas no planejamento das práticas educativas.

A instituição também pode avaliar a viabilidade de momentos de planejamento colaborativo compatíveis com a rotina escolar. A

organização desses espaços deve considerar a continuidade do atendimento aos estudantes, as atribuições dos profissionais e os recursos disponíveis. Não se trata de propor uma solução única, mas de reconhecer que a colaboração precisa ser planejada para se tornar parte efetiva do trabalho institucional.

No que se refere às contratações, a experiência aponta para a importância de manter diálogo com as instâncias administrativas responsáveis, antecipar demandas sempre que possível e buscar maior clareza sobre procedimentos e prazos. Embora essas ações não eliminem necessariamente os entraves existentes, podem contribuir para melhorar a comunicação e o planejamento institucional.

É fundamental, ainda, evitar que as dificuldades identificadas sejam interpretadas como responsabilidade exclusiva da gestão ou dos profissionais de apoio. A inclusão depende de condições estruturais e de decisões que frequentemente ultrapassam o âmbito de atuação de uma única equipe. A corresponsabilidade entre escola e instâncias administrativas é essencial para que os direitos educacionais se concretizem.

A reflexão sobre a experiência do Colégio Brigadeiro Newton Braga permite, assim, compreender que o empenho da gestão é importante, mas precisa estar acompanhado de condições administrativas, formativas e organizacionais. A contratação de profissionais, a qualificação de sua atuação e a construção de espaços de diálogo devem ser consideradas dimensões complementares de uma política institucional de inclusão.

As possibilidades discutidas não devem ser entendidas como resultados de uma intervenção já realizada, mas como caminhos de aprimoramento identificados a partir da reflexão sobre a experiência institucional. Sua implementação dependerá da análise das condições da escola, da articulação com as instâncias responsáveis e da participação dos profissionais envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida neste artigo evidencia que a efetivação da educação inclusiva exige condições que ultrapassam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência no espaço escolar. A garantia do direito à educação pressupõe oportunidades reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento, o que requer recursos humanos, formação continuada, planejamento pedagógico e organização institucional.

A experiência do Colégio Brigadeiro Newton Braga permite identificar desafios relacionados à dependência de instâncias administrativas superiores para a contratação de profissionais de apoio, à necessidade de acompanhamento e orientação dos trabalhadores e à dificuldade de participação desses profissionais nas reuniões pedagógicas realizadas por áreas de conhecimento.

Esses aspectos demonstram que a inclusão constitui um processo complexo, que não depende exclusivamente do empenho individual dos profissionais. Embora a atuação da gestão seja fundamental para identificar necessidades e buscar soluções, sua capacidade de resposta está relacionada às condições administrativas e organizacionais disponíveis.

A contratação de profissionais de apoio representa uma etapa importante, mas não suficiente. É necessário assegurar que esses trabalhadores compreendam suas atribuições, recebam orientação adequada e tenham oportunidades de formação continuada. A qualificação do atendimento exige processos permanentes de aprendizagem, reflexão sobre a prática e articulação com os objetivos pedagógicos da instituição.

Nesse sentido, destaca-se a importância de ampliar os espaços de escuta e diálogo com os profissionais de apoio. Suas observações e experiências podem contribuir para identificar barreiras, compreender necessidades e construir estratégias que favoreçam a participação dos estudantes. A formação continuada, quando relacionada às situações concretas do cotidiano escolar, pode tornar-se um instrumento importante para o aprimoramento das práticas inclusivas.

Também se evidencia a necessidade de refletir sobre a organização dos tempos escolares. A ausência dos profissionais de apoio nas reuniões pedagógicas decorre, no contexto analisado, da coincidência entre esses encontros e os horários de acompanhamento dos estudantes. Essa situação aponta para a possibilidade de examinar alternativas de comunicação e planejamento colaborativo que respeitem a rotina escolar e assegurem a continuidade do atendimento.

As conversas individuais já existentes constituem um ponto de partida relevante, mas podem ser complementadas por espaços regulares de interlocução, conforme as condições institucionais. O fortalecimento do diálogo entre professores, profissionais de apoio e

gestão pode contribuir para aproximar as observações do cotidiano dos processos de planejamento e das estratégias de ensino.

Conclui-se que a construção de uma escola inclusiva requer articulação entre políticas públicas, procedimentos administrativos, formação continuada e práticas colaborativas. O compromisso da gestão escolar é indispensável, mas precisa ser acompanhado de condições institucionais que permitam transformar as necessidades identificadas em respostas efetivas.

Mais do que garantir a presença de profissionais no ambiente escolar, é necessário assegurar que sua atuação esteja integrada ao projeto educativo e orientada para a ampliação das oportunidades de aprendizagem dos estudantes. A inclusão, portanto, deve ser compreendida como uma responsabilidade coletiva e um processo permanente de reflexão, organização e transformação das práticas escolares.

A experiência analisada reforça a importância de reconhecer os desafios institucionais sem perder de vista as possibilidades de aprimoramento. Ao valorizar o diálogo, a formação e a articulação entre os profissionais, a escola pode fortalecer suas práticas e avançar na construção de um ambiente em que todos os estudantes encontrem condições para participar, aprender e desenvolver suas potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. O papel da universidade no contexto da política de educação inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 23, n. 38, 2010.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação continuada de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

---

[1] Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

[2] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[3] Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa, (Portugal).